

Tecnopolíticas e configurações extremistas na era das plataformas digitais*

Marcelo de Souza Marques, David Nemer, Aknaton Toczec Souza e Felipe Lazzari da Silveira

Recebido: 29 de março de 2025 | Aceito: 8 de julho de 2025 | Modificado: 20 de agosto de 2025
<https://doi.org/10.7440/res94.2025.01>

Resumo | Como artigo de abertura do dossiê “Configurações extremistas na América Latina na era das plataformas digitais”, este texto desenvolve uma reflexão teórico-analítica sobre a reconfiguração do extremismo contemporâneo, considerando a dataficação da vida, a plataformização e a governamentalidade algorítmica no recente contexto populista. Argumenta-se que a crescente polarização político-populista e a consequente radicalização de discursos são intensificadas pelo uso massivo de plataformas digitais, que reconfiguram modos de subjetivação e influenciam diretamente processos políticos e mobilizações societárias. Metodologicamente, mobiliza-se um referencial teórico interdisciplinar para discutir como as dinâmicas algorítmicas promovem engajamento por meio de afetos segregativos, favorecendo a ampliação de discursos extremistas. A partir dessa revisão e da consideração de processos políticos recentes, exploram-se três hipóteses: a instrumentalização da crítica ao *establishment*, o tecnicismo político e a construção de uma polarização radical como estratégia de mobilização. Como proposta teórico-analítica, os resultados desta discussão sustentam que as grandes corporações tecnológicas desempenham papel central na formação da opinião pública, ao estruturar espaços de comunicação digital que incentivam antagonismos e reforçam padrões de interação polarizados. Indicam, ainda, que a governamentalidade neoliberal, sustentada por essas tecnologias, fomenta uma racionalidade concorrencial que se expressa na ascensão de discursos populistas e no fortalecimento de ideologias extremistas. A originalidade desta reflexão reside na busca por uma articulação entre distintas teorias e conceito para compreender o papel das plataformas digitais na dinâmica política contemporânea, sobretudo na reconfiguração do extremismo. Assim, ao demonstrar a interdependência entre tecnopolítica e extremismos, este artigo contribui para os debates sobre os desafios da democracia na era digital e no atual momento populista, ressaltando a necessidade de uma abordagem crítica para enfrentar os impactos sociais das infraestruturas algorítmicas.

Palavras-chave | extremismo político; governamentalidade algorítmica; plataformização; populismo; tecnopolítica

Tecnopolíticas y configuraciones extremistas en la era de las plataformas digitales

Resumen | Como artículo de apertura del dossier “Configuraciones extremistas en América Latina en la era de las plataformas digitales”, este texto desarrolla una reflexión teórico-analítica sobre la reconfiguración del extremismo contemporáneo, considerando la dataficación de la vida, la plataformización y la gubernamentalidad algorítmica en el reciente contexto populista. Se argumenta que la creciente polarización político-

* Este artigo foi escrito especificamente para este dossiê e não contou com financiamento. Os quatro autores participaram da redação do manuscrito.

populista y la consecuente radicalización de discursos se intensifican con el uso masivo de plataformas digitales, que reconfiguran modos de subjetivación e influyen directamente en procesos políticos y movilizaciones sociales. Metodológicamente, se moviliza un referencial teórico interdisciplinario para discutir cómo las dinámicas algorítmicas promueven la participación a través de afectos segregativos favoreciendo la expansión de discursos extremistas. A partir de esta revisión y de la consideración de procesos políticos recientes, se exploran tres hipótesis: la instrumentalización de la crítica al *establishment*, el tecnicismo político y la construcción de una polarización radical como estrategia de movilización. Como propuesta teórico-analítica, los resultados de la presente discusión sostienen que las grandes corporaciones tecnológicas desempeñan un papel central en la formación de la opinión pública estructurando espacios de comunicación digital que incentivan antagonismos y refuerzan patrones de interacción polarizados. Asimismo, indican que la gubernamentalidad neoliberal, sostenida por estas tecnologías, fomenta una racionalidad competitiva que se traduce en el ascenso de discursos populistas y en el fortalecimiento de ideologías extremistas. La originalidad de esta reflexión reside en la búsqueda de una articulación entre distintas teorías y conceptos para comprender el papel de las plataformas digitales en la dinámica política contemporánea, sobre todo en la reconfiguración del extremismo. Así, al demostrar la interdependencia entre tecnopolítica y extremismos, este artículo aporta a los debates sobre los desafíos de la democracia en la era digital y en el actual momento populista resaltando la necesidad de un enfoque crítico para enfrentar los impactos sociales de las infraestructuras algorítmicas.

Palabras clave | extremismo político; gubernamentalidad algorítmica; plataformización; populismo; tecnopolítica

Technopolitics and Extremist Configurations in the Age of Digital Platforms

Abstract | As the opening article of the dossier “Extremist Configurations in Latin America in the Era of Digital Platforms,” this paper offers a theoretical-analytical reflection on the reconfiguration of contemporary extremism, considering the datafication of life, platformization, and algorithmic governmentality within the recent populist context. It argues that growing political-populist polarization and the resulting radicalization of discourses are intensified by the massive use of digital platforms, which reshape processes of subjectivation and directly influence political processes and societal mobilizations. Methodologically, the study employs an interdisciplinary theoretical framework to discuss how algorithmic dynamics promote engagement through affects of exclusion, fostering the expansion of extremist discourses. Building on this review and recent political developments, the article explores three key hypotheses: the instrumentalization of anti-establishment criticism, political technicism, and the construction of radical polarization as a mobilization strategy. As a theoretical-analytical proposition, the discussion underscores the central role of major technology corporations in shaping public opinion, structuring digital communication spaces that promote antagonisms and reinforce polarized interaction patterns. Furthermore, it shows that neoliberal governmentality, sustained by these technologies, cultivates a competitive rationality that fuels the rise of populist discourses and strengthens extremist ideologies. The originality of this reflection lies in its effort to articulate diverse theories and concepts to explain the role of digital platforms in contemporary political dynamics, particularly in the reconfiguration of extremism. By demonstrating the interdependence between technopolitics and extremism, this article contributes to debates on the challenges of democracy in the digital age and in the current populist moment, stressing the need for a critical approach to address the social impacts of algorithmic infrastructures.

Keywords | algorithmic governmentality; platformization; political extremism; populism; technopolitics

Introdução

Com as transformações ocorridas nas duas últimas décadas do século 21, sobretudo devido à polarização societal e à intensificação do uso da internet e das plataformas digitais, fenômenos como a dataficação da vida (Lemos 2021), o colonialismo de dados (Silveira 2021) e a plataformização (Van Dijck *et al.* 2018) tornaram-se cada vez mais evidentes. Nesse contexto, deparamo-nos com a possibilidade de ter as nossas condutas moduladas pela inteligência artificial (Zuboff 2020), que incide não apenas no campo econômico, mas também na política (Da Empoli 2019) e nos modos de vida de uma parcela significativa da população, que se comunica, informa e relaciona por meio de *smartphones*, computadores e demais dispositivos eletrônicos mediados por plataformas digitais (Rosa *et al.* 2023).

Todavia, isso não significa que outros veículos comunicacionais e informacionais tenham se tornado obsoletos ou que não existam modos alternativos de subjetivação no tempo presente, para além do domínio das plataformas digitais. Ao contrário, eles existem concomitantemente. O que temos observado, no entanto, é certa atualização tecnopolítica¹ (Sabariego 2018; Sabariego e Sierra Caballero 2022) dessas forças e sua consequente governamentalidade algorítmica² (Rouvroy e Berns 2015; Rosa 2019), impactando diretamente as experiências comunicacionais, os processos de mobilização societária (potencializando a polarização e a emergência de novas experiências organizacionais e táticas de ação política) e, de forma mais ampla, a política contemporânea.

Com a intensificação do uso das plataformas digitais no século 21, passamos a encontrar, na literatura acadêmica atual, um conjunto de pesquisadores que tem problematizado, em suas investigações e verificado em suas análises empíricas, como o comportamento dos usuários de plataformas publicitárias — a exemplo do Facebook, do Instagram, do WhatsApp e do YouTube — tem incidido sobre o debate político, econômico e cultural, com reflexos diretos nas campanhas eleitorais, nas estratégias voltadas à evidenciação e antagonização do debate público e nas novas experiências de ativismo em contexto de extremismos. Tudo nos leva ao argumento de que estamos na era das sociedades informacionais avançadas.

Diferentemente das sociedades informacionais das décadas de 1970 a 1990 — discutidas por Castells (2018a) como resultado da transição das sociedades industriais ocidentais, marcada pelo avanço das tecnologias da informação e da comunicação, incluindo os primeiros computadores pessoais, as redes digitais e o início do processo de digitalização da vida³ —, nas sociedades informacionais avançadas, que emergem a partir dos anos 2000, observa-se a “dataficação da vida”. Segundo André Lemos, ainda que

1 “Tecnopolítica” designa a interseção entre tecnologia e política, evidenciando como os regimes tecnológicos não são neutros, mas sim construções sociais permeadas por relações de poder. Mais do que um simples uso tático da tecnologia para fins políticos, a tecnopolítica envolve a disputa pelo controle dos fluxos informacionais, a configuração das dinâmicas de participação cívica e a reconfiguração dos espaços democráticos no ambiente digital. Seu estudo implica compreender tanto os mecanismos de dominação e vigilância quanto as práticas de resistência e contrapoder possibilitadas pelas tecnologias digitais.

2 “Governamentalidade algorítmica” refere-se a um novo regime de poder baseado na coleta, análise e correlação massiva de dados (*big data*) para antecipar e influenciar comportamentos individuais e coletivos. Diferentemente das formas tradicionais de governo, essa modalidade evita a mediação discursiva e jurídica, operando por meio de padrões probabilísticos que afetam a realidade sem necessidade de intermediação direta dos sujeitos. Essa lógica normativa não se ancora na subjetividade ou no direito, mas sim em processos de rastreamento e modelização contínua da vida social, promovendo um controle discreto e preditivo, muitas vezes imperceptível para os indivíduos (Rouvroy e Berns 2015).

3 Como observa Castells, as mudanças sociais do período foram “tão drásticas quanto os processos de transformação tecnológica e econômica” (2018a, 62), e a sua emergência marcou definitivamente um novo modo informacional de desenvolvimento, em que “a fonte de produtividade acha[va]-se na tecnologia de geração de conhecimento, de processamento da informação e de comunicação de símbolos” (2018a, 74). É a esse “modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação” (2018a, 74), que Castells denomina “sociedade informacional”.

“os processos de digitalização continuem a acontecer (criar um website, quantificar o número de passos de uma pessoa por dia, transformar um livro impresso em e-book, entre outros), eles estão inseridos em procedimentos algorítmicos mais amplos de tratamento e captação de dados (*Big Data, machine learning*)” (2021, 194). Isso nos indica que, além de quantificar, “a dataficação possibilita a conversão de toda e qualquer ação em dados digitais rastreáveis, produzindo diagnósticos e inferências nos mais diversos domínios” (Lemos 2021, 194).

Não se trata, portanto, de um processo de “conversão de um objeto analógico em digital, mas da modificação de ações, comportamentos e conhecimentos baseados na performance dos dados elaborada por sistemas de inteligência algorítmica” (Lemos 2021, 194). Em um movimento ainda mais radical em relação à digitalização da vida, “a dataficação é a tradução de intenções, ações, reflexos, sentimentos em dados operacionalizáveis para gerar novas ações preditivas (coletivas ou individuais) a partir de coleta extensiva de informações” (Lemos 2021, 195).

Essa centralidade da dataficação na dinâmica social contemporânea permite compreender por que, como destacam Van Dijck *et al.* (2018), as sociedades informacionais avançadas podem ser caracterizadas como “sociedades de plataformas”. Nelas, a coleta e o processamento de dados constituem a base sobre a qual as plataformas digitais expandem sua presença em setores econômicos e em múltiplas esferas da vida societária e política, promovendo uma complexa reorganização de práticas e construções culturais. Esse movimento de reorganização não deve ser visto com estranheza, como anômalo.

Ainda na década de 1940, Herbert Marcuse revelou os pormenores da conexão entre as tecnologias de produção e comunicação, a expansão do poder político e do capitalismo, bem como as relações de dominação estabelecidas naquela quadra histórica. Nesse esforço, diagnosticou a eclosão de um tipo de individualidade acrítica, alicerçada em uma racionalidade competitiva e eficientista, adequada às exigências da sociedade de livre mercado e à dinâmica do capitalismo. Segundo Marcuse (1999), a fragilidade da democracia à época, aliada à consolidação de um paradigma de individualidade forjado, entre outros fatores, devido ao surgimento de novas tecnologias, teria viabilizado o fortalecimento das ideias de extrema direita e a radicalização política, culminando na ascensão dos fascismos.

No contexto contemporâneo, marcado pela consolidação do projeto neoliberal, cujas premissas transbordaram do plano político-econômico para todos os âmbitos da vida (Dardot e Laval 2016), as novas tecnologias on-line, assim como as tecnologias do passado, assumiram um papel importante. Para impor e lograr êxito em naturalizar a concorrência como norma de conduta e o modelo empresa como subjetivação predominante (Amaral 2018), o capitalismo neoliberal dependeu — e segue dependendo — das tecnologias, primordialmente das algorítmicas on-line.

A comunicação contínua por meio de dispositivos on-line, o direcionamento de informações alicerçado em complexas decupações de dados, assim como as técnicas de modulação psicológica, asseguram a governamentalidade neoliberal⁴, pois possibilitam o aprendizado e o disciplinamento permanentes que produzem as subjetividades que lhe servem de sustentáculo (Noguera-Ramírez 2011). Não por acaso, desde o advento do Estado Liberal, a governamentalidade, como arte de governo, como lembra Castro-Gómez (2015), sempre recorreu às tecnologias de poder, de produção, de significação e do próprio eu, as quais, em tempos de sociedades de plataforma, se consubstanciam prontamente nas tecnolo-

4 Formulado por Foucault ([1979] 2008), “governamentalidade neoliberal” refere-se a uma racionalidade de governo que estende a lógica de mercado a todas as esferas da vida, interpelando indivíduos como “empresários de si mesmos” e orientando a ação estatal para criar e manter condições de concorrência. Para uma leitura sobre o conceito, conferir Noguera-Ramírez (2011) e Castro-Gómez (2015).

gias algorítmicas on-line. Essas tecnologias, inquestionavelmente, produzem, com muita eficiência, as subjetividades que subsidiam a racionalidade neoliberal. Sintoma disso é o fato de que as relações automatizadas passaram a ser percebidas como mais confiáveis do que as não automatizadas, isto é, do que as experiências humanas off-line (Bridle 2021).

Em seus aspectos mais gerais, o que temos observado é a gradativa sedimentação de uma infraestrutura social estruturada no digital, onde as plataformas têm se tornando elementos essenciais para a manutenção de relações cotidianas, mediando grande parte das interações e garantindo poder a um oligopólio tecnológico⁵ (Van Dijck *et al.* 2018). Nesta nova era, pelo menos três grandes processos podem ser destacados, quais sejam: “a conversão de qualquer forma de expressão em dados operacionalizáveis (dataficação); o estímulo à produção, captura e fornecimento desses dados (*data e capta*) para megaestruturas de *hardware* e *software* (plataformização); e o agenciamento algorítmico [para] projetar cenários de ação e de indução atual e futuro” (Lemos 2021, 195).

Nesse novo cenário, parcelas cada vez mais significativas da população estão se comunicando, obtendo informações e estabelecendo relações por meio das plataformas. Um dos resultados, como observam Van Dijck *et al.* (2018), Zuboff (2020) e Rosa *et al.* (2024), é que quase tudo tem sido transformado em dados e em mecanismos variados de monitoramento, indução e controle, gerando reflexos diretos sobre nossas ações, emoções e experiências políticas, especialmente quando consideramos o crescente poder das *big techs* (Morozov 2018). Assim, como um fato social total, no sentido atribuído por Marcel Mauss (1974), investigadores de diferentes regiões, advindos das mais distintas áreas do conhecimento e amparados nas mais variadas perspectivas teóricas e metodológicas passaram a reconhecer a complexidade e os efeitos promovidos pelas plataformas digitais, seja na esfera econômico-tecnológica (Srnicek 2018; Zuboff 2020), seja nas esferas social, cultural e política (Castells 2018b; Chamayou 2020; Gerbaudo 2019).

Diante dessa nova era e dos desafios lançados a analistas de diferentes campos do conhecimento, este artigo, pensado como texto-problema do dossiê “Configurações extremistas na América Latina na era das plataformas digitais”, busca contribuir para as reflexões em curso e para novas pesquisas sobre as (re)configurações extremistas contemporâneas. Pensando nisso, o presente dossiê acolheu contribuições teóricas ou derivadas de estudos empíricos a partir dos seguintes eixos teórico-analíticos: (i) uso de plataformas digitais e o ativismo digital para finalidades eleitorais em tempos de radicalização; (ii) inovações metodológicas ou analíticas para o estudo sobre os extremismos políticos contemporâneos; (iii) novas formas de comunicação e estrutura de mobilização societária em contexto de antagonismo político; (iv) dimensões políticas, sociais e econômicas no contexto de extremismo; (v) populismo no século 21; (vi) discursos e representações que envolvem classe, raça, relações de gênero ou sexualidade; (vii) monopolização de plataformas digitais e seus reflexos no debate político; e (viii) estrutura de controle de dados e discursos de intolerância em termos de radicalização.

Essa preocupação se justifica pelo fato de que a crescente radicalização e a consequente polarização do debate político, econômico e cultural, potencializado no contexto das sociedades de plataformas, têm incidido diretamente tanto sobre a esfera política formal como sobre a “política do cotidiano” dos sujeitos, lançando sérios desafios não somente às instituições, mas também à convivência societária democrática. Nesse sentido, urge

5 “Oligopólio tecnológico” refere-se à concentração do controle sobre as infraestruturas digitais e os fluxos informacionais nas mãos de um pequeno número de grandes corporações de tecnologia. Esse fenômeno é impulsionado pelo domínio de plataformas globais, como Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft (as “*big five*”), que operam como *gatekeepers* da economia digital, estabelecendo padrões, regulando acessos e acumulando grandes volumes de dados para consolidar sua influência. Esse oligopólio não apenas restringe a concorrência, mas também redefine as relações entre governos, mercados e sociedade civil, colocando desafios à soberania digital e ao interesse público (Van Dijck *et al.* 2018).

compreendermos os mecanismos causais da emergência e da configuração política extrema no contexto de plataformização e seus reflexos na política e, de forma mais ampla, na vida social, chamando a atenção para o fato de que precisamos aprender a lidar com os desafios que apenas começaram a se apresentar.

Organizamos o artigo em duas seções centrais, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, intitulada “Tecnopolíticas e configurações extremistas”, apresentamos o contexto teórico sobre o qual se assenta a reflexão deste artigo, evidenciando o papel dos afetos segregativos e da lógica de engajamento nas plataformas digitais como elementos propulsores dos discursos extremistas. Já na segunda seção, “Três hipóteses para o debate”, o texto delinea de forma sistemática os argumentos sobre a emergência e consolidação de tendências populistas e iliberais, discutindo como a crítica ao *establishment*, o tecnicismo político e a construção de uma polarização radical contribuíram para o atual cenário de crise. Dessa maneira, propomos uma visão integrada que nos permita compreender as dinâmicas de poder e os desafios políticos que emergem na era da plataformização.

Tecnopolíticas e configurações extremistas

Em seu artigo intitulado “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático”, Christian Dunker (2019) afirmou que o maior risco às democracias liberais estaria associado aos discursos acerca daquilo que Theodor Adorno ([1950] 2019) denominou “síndrome fascista”, em que o afeto dominante se sustentaria a partir do “ódio segregativo”. Segundo Dunker, existiria uma espécie de “redução dualista dos sujeitos”, materializada no líder-seguidor e no vencedor-fracassado, bem como “uma projeção essencialista do inimigo”, na qual “predomina a identificação de massa e uma espécie de reação hipnótica de ódio que age por contaminação” (Dunker 2019, 128). Nesse processo, como destaca Mouffe (2019), ocorre a cristalização de afetos comuns, considerando que “os afetos e o desejo desempenham um papel crucial na constituição de formas coletivas de identificação” (2019, 118). Esses afetos podem ser apontados como alguns dos elementos básicos da configuração do extremismo contemporâneo, comumente marcado por um caráter populista — seja no espectro da direita, seja no campo discursivo da esquerda (Costa *et al.* 2025; Laclau 2013; Lynch e Casimiro 2022; Mouffe 2019; Mudde 2020) — e hodiernamente estruturado e disseminado por meio das plataformas digitais (Da Empoli 2019; Rosa 2019; Nemer 2023): eis o ponto nevrálgico destacado neste dossiê.

A cristalização de afetos comuns (Mouffe 2019) é conduzida por um ódio segregativo (Dunker 2019) inerente ao processo de polarização societal. Esse ódio manifesta-se, por exemplo, na intolerância em relação à raça, à etnia, ao gênero, à sexualidade e ao espectro político. Potencializada pelas plataformas digitais, a polarização opera por meio de uma reação hipnótica, que parece corroborar a leitura apresentada por Giuliano Da Empoli (2019) sobre a relação entre extremismo e sua atuação política nas redes sociais por meio dos algoritmos e da inteligência artificial.

Segundo o autor, no contexto em que preponderavam os meios de comunicação corporativos, como o jornal, o rádio e a televisão, havia uma tendência centrípeta: quanto mais consensual, quanto maiores as coligações e, conseqüentemente, mais tempo disponível para propaganda política, e maiores eram as chances de o candidato ser eleito. A novidade do momento presente, marcada pela ascensão das plataformas digitais e do “momento populista” (Mouffe 2019, Mudde 2020), é o efeito contrário e, portanto, centrífugo: quanto mais radicalizados, mais polarizados, veementes e violentos os discursos que circulam nesses espaços, maiores as chances de se obter maior alcance na difusão de conteúdo (Da Empoli 2019). E, com estamos a discutir, o sucesso na (re)produção e potencialização política desse fenômeno envolve uma gama de insatisfações e seu esforço em nutrir afetos comuns

e ressentimentos, reduzindo a existência do “inimigo” à pura negatividade, à ameaça absoluta, enquanto simultaneamente se estrutura um processo de identificação política (Marques e Carlos 2025). Essa parece ser a marca da configuração extremista contemporânea: uma simbiose entre política, populismo, ódio segregativo e plataformização. Considerando, conforme Cesarino, que a “arquitetura digital das mídias sociais, conforme ela se configurou nos termos dos modelos de negócios das grandes empresas do setor” (2019, 115), atua diretamente na produção de subjetividades político-identitárias, bem como nas escolhas políticas dos sujeitos, por meio da assimilação e compartilhamento de descontentamentos e ressentimentos, configurando um “populismo digital”⁶.

Nesse sentido, é preciso complementar as leituras que indicam que as dissonâncias que caracterizam o momento atual são simplesmente resultantes da polarização política: trata-se de um complexo processo, marcado tanto por populismos digitais como por novas experiências fascistas. Entre as abordagens que analisam a atual configuração a partir das leituras sobre o fascismo, há o destaque que esse fenômeno não deve ser reduzido ao seu formato histórico clássico, isto é, aos regimes autoritários ou totalitários do início do século passado. Tal fenômeno, na perspectiva de Gilles Deleuze e Félix Guattari ([1972] 2011 e [1980] 2012), configura uma forma de vida, um traço constitutivo das democracias liberais capitalistas, um desejo produzido socialmente por meio da exploração dos afetos gerados pelos conflitos imanentes ao modo de vida que as caracterizam, e que pode se manifestar com menor ou maior intensidade, ensejando reflexos no campo político-governamental (do plano micropolítico ao macropolítico)⁷. Notadamente, a sociedade neoliberal é um ambiente propício para a intensificação do fascismo (Hinkelammert 2018; Lazzarato 2019).

Em que pesem as peculiaridades da atual conjuntura, o que agora há de realmente novo, nessa abordagem, é que o desejo pelo fascismo (que se materializa em manifestações e ações racistas, xenófobas, machistas e outras de caráter antidemocrático) vem sendo mobilizado e intensificado por um tipo de propaganda imensamente mais eficiente do que a utilizada na primeira metade do século 20 (Lazzarato 2019). Na atual configuração, esse desejo é produzido e mobilizado pelas tecnologias algorítmicas de processamento em *big data* que possibilitam não apenas a disseminação direcionada de seu conteúdo ao público-alvo, mas, ainda, a modulação psicológica sempre enrobustecida pela possibilidade de engajamento, recurso que superou a manipulação, técnica utilizada pelos antigos veículos de comunicação para produzir subjetividades (Cassino 2018; Donovan *et al.* 2019). No que tange ao objeto deste artigo e à consideração dessa abordagem, corrobora-se Lazzarato, quando ele argumenta que “o novo fascismo é um ciberfascismo” (2019, 4).

6 A partir de Laclau e Mouffe, Cesarino (2019) desenvolve o conceito de populismo digital para destacar as “particularidades e efeitos da digitalização contemporânea do mecanismo populista clássico”, articulando esse conceito com “noções da cibernética, teorias de sistemas e teoria antropológica” (2019, 92). A mobilização do conceito é feita para se referir “tanto a um aparato midiático (digital) quanto a um mecanismo discursivo (de mobilização) e uma tática (política) de construção de hegemonia” (2019, 95) operantes na mobilização de afetos, identificação política e, mais amplamente, na produção de subjetividades político-identitárias. No populismo digital, ainda segundo a autora, “agências não-humanas, como ‘algoritmos emocionais’, passam a desempenhar parte importante dessa função mobilizadora, ou de produção de equivalência, por meio de afetos” (2019, 100).

7 Em resumo, infere-se que todas as sociedades e os sujeitos são atravessados por duas segmentariedades interligadas: uma molar, binária, homogênea e referida a estruturas rígidas (Estado, partidos, instituições); e outra molecular, fluida, ligada às intensidades, aos afetos e à produção de desejos. Ambas operam nos planos macropolítico e micropolítico, sendo este último o espaço em que se moldam percepções, comportamentos e, sobretudo, o desejo pelo fascismo (Deleuze e Guattari [1980] 2012). Conforme os autores, “é muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos [...] com moléculas pessoais e coletivas” ([1980] 2012, 101), razão pela qual o fascismo rompe limites históricos. Assim, o desejo fascista não se restringe à política instituída, mas se infiltra em práticas cotidianas — como o racismo, a xenofobia, o machismo e o ódio aos pobres —, revelando a potência perversa da micropolítica.

Em suma, ao observar as novas experiências extremistas e a consequente polarização societal em diversos países nas duas últimas décadas, os analistas têm se deparado com o desafio de encontrar critérios analítico-classificatórios que permitam maior precisão nas análises de suas emergências e transmutações, tendo em vista que a simples associação com as experiências autoritárias e totalitárias do século passado, bem como as categorias analíticas então mobilizadas, parecem ser insuficientes para analisá-las. Como parte desses esforços, e tomando as distintas experiências encontradas na atual onda populista, sem desconsiderar suas especificidades contextualmente inscritas, podemos argumentar que essa onda pode ser melhor compreendida por pelo menos três hipóteses, que serão explicadas a seguir.

Três hipóteses para o debate

As três hipóteses estão diretamente correlacionadas e presentes em diferentes autores⁸. No entanto, optamos por tratar seus elementos separadamente para fins analíticos — mas as três poderiam ser discutidas como uma única grande hipótese.

A *primeira hipótese* aborda a construção de um discurso *antiestablishment* político como um dos mecanismos causais para explicar o contexto atual. Considerando seus elementos estruturantes, esse discurso primeiro parece questionar a eficácia da participação política institucional (Gerbaudo 2023), contestando a real soberania popular — um dos pilares do pensamento democrático moderno (Blay 2021; Mouffe 2019; Rancière 2014) — ante o poder das elites políticas. Essa crítica tem ressaltado a tendência de declínio do apoio e participação eleitoral, sob o argumento de “falta de representatividade do povo” (Eatwell e Goodwin 2020; Mouffe 2019; Mudde 2020; Rosavallon 2021). Vejamos com mais atenção.

Embora constitua uma crítica relativamente comum no debate político democrático pelo menos desde o pós-Segunda Guerra, o discurso *antiestablishment*, com viés populista de direita, tornou-se ainda mais evidente e determinante nos processos eleitorais a partir da crise econômica de 2008 (Mouffe 2019). No campo político propriamente dito, como destaca Luz (2022), há indicativos de que esse processo teve início em 2014, quando a frente conservadora — um bloco de partidos de extrema direita — conquistou a maioria das cadeiras no Parlamento Europeu. Esse grupo incluía partidos como o Movimento 5 Estrelas (Itália), o Partido dos Verdadeiros Finlandeses, o Partido da Liberdade da Áustria e a Reunião Nacional (França), que, apesar de suas particularidades, compartilhavam valores, como o nacionalismo radical, políticas anti-imigração e a defesa da saída da União Europeia. Outras evidências desse movimento foram o Brexit, em 2016, a ascensão da extremista de direita Marine Le Pen, que alcançou o segundo lugar nas eleições presidenciais francesas em 2017 e 2022 com um discurso fortemente nacionalista e *antiestablishment*; e a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, também em 2016, com uma retórica contrária aos imigrantes, aos avanços progressistas nas áreas racial e de gênero, além de uma exaltação nacionalista e antissistema — o início do segundo mandato de Trump, neste ano, parece indicar uma radicalização dessa visão. A novidade do atual discurso *antiestablishment* — e é esse o nosso convite ao debate — consiste na crítica radical a elementos basilares da democracia liberal, em um contexto de (des)informação potencializado pelas plataformas e pelo forte poder econômico e político das *big techs*.

No que tange ao tensionamento democrático, concordamos com Mouffe (2011 e 2019) acerca do argumento liberal-tecnicista da “pós-política” de finais dos anos 1990 e começo dos anos 2000:

8 Buscamos sistematizar o debate e avançar em pontos específicos. Para uma leitura sobre essas hipóteses, conferir, por exemplo, Da Empoli (2019), Frankenberg (2018), Gerbaudo (2023), Levitsky e Ziblatt (2018), Mouffe (2011 e 2019), Mudde (2020), Rancière (2014) e Srnicek (2018).

O ponto de partida de minha análise é a nossa atual incapacidade de perceber de um modo *político*⁹ os problemas que enfrentam nossas sociedades. O que quero dizer, com isso, é que as questões políticas não são meros assuntos técnicos destinados a ser resolvidos por especialistas [...]. Considero que esta incapacidade para pensar politicamente se deve em grande medida à hegemonia indiscutida do liberalismo [...]. Meu objetivo é assinalar a deficiência central do liberalismo no campo político: sua negação do caráter inerradicável do antagonismo. (Mouffe 2011, 16-17, grifo no original, tradução nossa)

O que a pós-política fez, em prol de uma “política de centro” (terceira via), foi negar o que é inerente à política democrática: o antagonismo. Promovendo uma “forma tecnocrática de política”, segundo a qual “a política não seria mais um confronto partidário, mas a administração neutra dos negócios públicos” (Mouffe 2019, 23), a pós-política “não deixou espaço para que os cidadãos tivessem a verdadeira possibilidade de escolha entre diferentes projetos políticos, e seu papel limitou-se a aprovar as políticas ‘racionais’ elaboradas pelos especialistas” (Mouffe 2019, 23-24). O resultado disso, ainda segundo a autora, foi o gradativo “desinteresse em relação às instituições democráticas, manifestos [dentre outros pontos] num crescente nível de abstenção” (Mouffe 2019, 24, acréscimo nosso).

Esse ponto é especialmente relevante porque permite perceber as condições de possibilidades da emergência de discursos radicais ansiosos por resgatar “o político” (cf. [nota 9](#)): contra o *antiestablishment* e suas elites, fazendo uma defesa de uma política do *povo*, isto é, de assegurar o retorno do *povo* que fora excluído do processo político¹⁰. Foi nesse “vácuo político” resultante da pós-política, e potencializado pelo “momento populista digital”, que surgiram lideranças e partidos extremistas, até então deslocados do centro de gravidade da “forma tecnocrática de política”, com discursos críticos às instituições liberais.

A crítica de Mouffe (2019) à “pós-política” — entendida como uma forma tecnocrática de gestão que sufoca o antagonismo democrático — pode ser lida à luz do papel que as plataformas digitais desempenham na difusão de discursos extremos e populistas na atualidade. Se, por um lado, a “política de centro” outrora minimizava conflitos em nome de uma suposta racionalidade, por outro, a ascensão de redes sociais como Facebook, YouTube, Twitter e WhatsApp catalisa a radicalização do debate. Isso ocorre porque, na lógica algorítmica dessas plataformas, o engajamento em torno de emoções fortes — como indignação ou ódio — tende a ser recompensado com maior visibilidade (Da Empoli 2019; Srnicek 2018).

Assim, a crítica *antiestablishment* se torna especialmente potente nesse ambiente, pois discursos que prometem expor conspirações, inimigos internos e a suposta hipocrisia de elites tradicionais encontram um público predisposto a rejeitar consensos tecnocráticos e a abraçar visões conspiratórias (Gerbaudo 2019; Mouffe 2019). Com isso, práticas de polarização — centradas em narrativas de “nós versus eles” — espalham-se vertiginosamente, alimentando tendências populistas e iliberais (Mudde 2020), “especialmente em relação aos direitos das minorias, ao pluralismo e as regras da lei” (Mudde 2016, 28).

9 A noção do “político” se refere “à dimensão do antagonismo que considero constitutiva das sociedades humanas” (Mouffe 2011, 16). Já por “política”, a autora a compreende como “o conjunto de práticas e instituições através das quais se cria uma determinada ordem, organizando a coexistência humana em um contexto de conflitividade derivada do político” (Mouffe 2011, 16). Não podemos pensar “o político” e “a política” de forma separada, tampouco advogar a eliminação do primeiro em proveito da segunda. Pelo contrário, “o político” e “a política” se constituem mutuamente (Marques 2023a; 2023b).

10 Corroborando Laclau, compreende-se que o povo é sempre uma elaboração política formada a partir da “formação de uma fronteira antagonista interna separando o ‘povo’ do poder” (2013, 124). É nesse sentido que Mouffe argumenta que o populismo “pode ter diferentes formas ideológicas, de acordo com o tempo e o lugar, compatível com diversas estruturas institucionais” (2019, 31). Isso nos indica que a sua “dinâmica não pode ser determinada isoladamente de toda referência contextual” e que o povo “não é um sujeito homogêneo, no qual todas as diferenças são, de alguma forma, reduzidas à unidade” (Mouffe 2019, 101).

Na América Latina, o histórico de ruptura democrática e de crises de representatividade agravam esse cenário, na medida em que líderes políticos — sobretudo de direita, mas também de setores antiliberais de esquerda — se valem da comunicação direta e da viralização para mobilizar simpatizantes e atacar o *establishment* (Nemer 2021). Conceitos como capitalismo de vigilância (Zuboff 2020) e capitalismo de plataforma (Srnicek 2018) ajudam a entender por que esses ambientes favorecem o extremismo: as redes sociais são projetadas para maximizar a captação de dados e o tempo de uso, de modo que conteúdos sensacionalistas e divisivos acabam ganhando destaque. A retórica *antiestablishment*, ao questionar a legitimidade de instituições, dialoga perfeitamente com essa lógica, pois aumenta o engajamento e, ao mesmo tempo, intensifica a incerteza e a desconfiança no espaço público.

Essas observações são relevantes considerando que autores como Mouffe (2019) não abordam diretamente as plataformas digitais. No entanto, aproximando ambos os debates, pode-se reconhecer que o antagonismo democrático, longe de se apresentar apenas como debate racional mediado por instituições, é turbinado por algoritmos que premiam confrontos e discursos de ódio. É nessa confluência — entre o esvaziamento de uma política democrática efetiva e a expansão de redes que amplificam o ódio e o descrédito — que, em muitos países, se consolida o discurso populista *antiestablishment*, impulsionado pela engrenagem tecnopolítica que os ambientes digitais oferecem.

A *segunda hipótese* pode ser denominada de “discurso de crítica ao tecnicismo político” — parte dos seus elementos foi antecipada nos parágrafos anteriores. Em linhas gerais, essa crítica é evocada quando a política formal e suas instituições são percebidas como meros procedimentos técnicos, controlados por políticos de carreiras voltados a seus próprios interesses e aos das elites. Esse argumento indica que a tecnocracia política esvazia a democracia de seu conteúdo substantivo (o conflito entre projetos políticos), reduzindo-a a um mero jogo procedimental que serve para manter o *status quo* (Mouffe 2019; Rancière 2014; Tormey 2019). Além disso, como destacam Levitsky e Ziblatt (2018), a política em sua forma tecnocrática tende a reforçar as desigualdades sociais e econômicas, dado que as decisões políticas são frequentemente alinhadas aos interesses das elites econômicas.

Corroborando essa crítica, compreende-se que o tecnicismo político tende a fomentar uma desconfiança quanto ao sistema político e à própria democracia liberal formal, bem como questionamentos sobre o funcionamento das instituições, o que pode levar à ocorrência e/ou ao crescimento de partidos e organizações radicais (Chamayou 2020; Mudde 2020; Sodré 2023), fascistas (Bernardo 2022; Lazzarato 2019; Rosa 2019 e 2022; Stanley 2019) e/ou populistas (Blay 2021; Bruzzone 2021; Laclau 2013; Mouffe 2019; Rosavallon 2021). Além disso, essa desconfiança não se limita às instituições políticas formais, mas se estende à própria ideia de governança democrática, com diferentes formas de ataques à democracia.

A discussão sobre tecnicismo político e a consequente desconfiança em relação às instituições democráticas encontra um cenário fértil de amplificação na era das sociedades de plataformas (Srnicek 2018; Van Dijck *et al.* 2018). Se o tecnicismo tende a “esterilizar” a participação institucional popular, a dinâmica das plataformas digitais, ao descentralizar e, ao mesmo tempo, amplificar discursos que questionam a ordem liberal e oferecem respostas simplistas, geralmente sob uma roupagem populista extremada, aprofunda essa desconfiança e fomenta outro tipo de participação política. Assim, a insurgência de movimentos radicais e a crise da democracia liberal não podem mais ser compreendidas apenas a partir de variáveis econômicas ou institucionais: é preciso incluir a reconfiguração do debate público promovida pelas redes de interação algorítmica.

A reconfiguração do debate público na conjuntura atual precisa ter em conta, sobretudo, a mobilização dos afetos que ocorre a partir do plano micropolítico. Em relação ao cenário político, as plataformas digitais operam produzindo e modulando afetos, precipuamente os negativos. Em vista disso, o fator “ressentimento” não deve ser negligenciado. Nessa esteira, torna-se imperativo cotejar a perspectiva apresentada por Wendy Brown (2019) acerca da influência do regime neoliberal na produção de ressentimentos de diversas ordens. Segundo a autora, tal dinâmica manifesta-se de forma clara no caso do homem médio branco que, inconformado com as políticas afirmativas e de inclusão, passa a externar o ódio em relação a negros, imigrantes e outras minorias, por considerar que está “perdendo seus direitos” — que na verdade são privilégios. Esse homem branco privilegiado, alienado e ressentido, fustiga a democracia quando a supremacia branca passa a ser questionada¹¹.

A proliferação de afetos negativos não é uma especificidade da sociedade de plataformas. Esse fenômeno caracterizou também outros períodos históricos. A grande novidade, vale frisar, é que, na conjuntura atual, em decorrência do potencial das tecnologias algorítmicas que operam por modulação psicológica, os afetos negativos que estimulam ideias nacionalistas, xenófobas, racistas, machistas, muitas vezes repaginadas, estão sendo produzidos com mais velocidade, intensidade e em uma escala gigantesca, conforme evidencia o processo de fragilização sofrido simultaneamente por diversas democracias ocidentais (Barbosa 2019; Dal Lago 2017; Rosa *et al.* 2021). E esse processo também é direcionado às instituições formais da democracia liberal e aos seus procedimentos.

Nessa lógica, as *big techs* (Google, Meta, Twitter/X etc.) estruturam um ecossistema comunicacional que estimula a atenção, as reações emocionais e a formação de “bolhas” de afinidade. Ao premiar conteúdo que gere engajamento, tais plataformas inadvertidamente fortalecem pautas antissistêmicas — de cunho fascista, populista ou ultraconservador (Da Empoli 2019). Assim, aquilo que até há pouco era um descrédito difuso em relação às instituições se converte em um discurso militante contra o “sistema”, ganhando alcance exponencial graças aos algoritmos de recomendação e aos recursos de segmentação de público (Zuboff 2020).

Desse modo, quando se discutem o tecnicismo político e a desconfiança em relação à democracia liberal, não se pode ignorar que esse terreno informacional confere voz e eco a atores radicais. E esse é precisamente um dos eixos centrais deste dossiê: entender como a tecnopolítica incide sobre o populismo e a crise da democracia, explorando as dinâmicas de propaganda política, mobilização e antagonismo que se fazem sentir no espaço digital.

Ainda nesse sentido, essa crise de confiança nas instituições democráticas, como observa Mudde (2020), tem sido um terreno fértil para o surgimento de narrativas que questionam a legitimidade e a eficácia do sistema político vigente. No exato momento em que nos encontramos, tanto no continente americano quanto no europeu, esse clima de desconfiança tem sido explorado por movimentos e líderes radicais que propõem soluções simplistas e,

11 Esta é a mesma chave analítica mobilizada por Silva (2018) em sua leitura do ciclo de protestos brasileiros entre 2013 e 2016, compreendido como o momento “retorno” de uma direita extremista orgulhosa de sua identidade política. No caso brasileiro, corroborando o argumento do autor, observa-se que essa direita, ressentida com os avanços de pautas sociais, especialmente aquelas relativas aos direitos da população LGBTQIA+, aos Direitos Humanos e à sexualidade, aproveitou as oportunidades políticas abertas no contexto das mobilizações de 2013 e as críticas ao governo petista para expressar seus descontentamentos e ressentimentos. Concordamos com a avaliação de que as conquistas obtidas “durante os governos petistas em termos de políticas de reconhecimento e/ou redistribuição [...] produziram mudanças sociais que foram interpretadas como ameaças por segmentos conservadores da sociedade brasileira” (Silva 2018, 95), o que nos ajuda a compreender o retorno do orgulho de uma direita antes “envergonhada”. Para uma leitura sobre esta, conferir Souza (1988) e Caldeira Neto (2017).

muitas vezes, autoritárias para problemas complexos (Chamayou 2020; Sodré 2023). A crítica ao tecnicismo político, portanto, não é apenas uma rejeição das práticas burocráticas, mas configura também uma contestação mais ampla da estrutura de poder existente.

Ela revela um descontentamento profundo com a forma como a democracia liberal tem sido operacionalizada, conduzindo a questionamentos fundamentais sobre a legitimidade de suas instituições e sobre o futuro da governança política.

De forma geral, essa crítica tem interpelado os sujeitos informando que “a política” (cf. nota 9), que deveria ter como base a vontade do *povo* e orientada para o desenvolvimento econômico, tornou-se uma arena dominada pela ineficácia e, quando não, pelo aparelhamento e corrupção dos tecnocratas e dos políticos de carreira contra as verdadeiras necessidades e aspirações do *povo*. Essa estrutura discursiva é percebida, sobretudo, quando se consideram os sentidos de descontentamento de caráter consideravelmente abrangente na sociedade, especialmente para se referir às relações do sistema político-partidário, à representação política e ao funcionamento das instituições democráticas, acusadas de antipopular, ineficientes e, sobretudo, corruptas. No Brasil, por exemplo, os dados do Latinobarómetro contribuem para perceber esse contexto mais amplo. Ao indagar se “o país era governado por poderosos em benefícios próprios ou se governado para o bem do povo”, cerca de 80% dos inqueridos informaram, no ano de 2013, que o país era governado segundo interesses dos poderosos (Latinobarómetro 2013, 9). No *survey* de 2017, essa porcentagem subiu para mais de 90%¹² (Latinobarómetro 2017, 9).

O desencantamento não é desarrazoado, tendo em vista que a consolidação do projeto neoliberal acirrou problemas políticos, econômicos e sociais que são inerentes à democracia capitalista. É relevante lembrar que, historicamente, as democracias capitalistas (que se mostraram regimes menos degradantes do que os autoritários) tutelaram, preferencialmente, os interesses econômicos da minoria burguesa em detrimento de uma melhor condição de vida da maior parcela da população. Essa realidade sempre esteve na origem dos inconformismos e foi um dos fatores a demandar a implementação de técnicas de governo capazes de desmobilizá-los e controlar as revoltas (Frankenberg 2018). Nesse sentido, pouca dúvida resta de que o neoliberalismo surgiu como uma contrarrevolução, estabelecendo-se, primordialmente, como uma doutrina antipática à participação popular na gestão da coisa pública, tendente a subsidiar ditaduras, desde que fosse respeitada a liberdade de mercado — como admitiu o seu principal artífice, o economista Friedrich von Hayek (1981), em entrevista ao jornal chileno *El Mercurio*.

Vale destacar, no entanto, que a defesa do *povo* — mobilizada tanto pelo discurso *antiestablishment* quanto pela crítica ao tecnicismo político — não constitui, em si, o objeto da ação política de nenhum dos dois espectros políticos. O *povo*, como assinala Laclau (2013), é uma construção política. Como significantes flutuantes, o discurso de crítica ao tecnicismo político e os elementos do discurso *antiestablishment* são apropriados por campos discursivos progressistas e conservadores, embora com significados diferentes.

No campo conservador, essas críticas frequentemente se manifestam como uma rejeição à elite política e às instituições, que passam a ser informadas como excessivamente burocráticas — quando não aparelhadas por partidos ou grupos ideológicos¹³ — e distantes das preocupações dos cidadãos. Líderes e movimentos populistas de direita, como

12 Em 2023, esse percentual apresentou uma queda significativa, passando para 54,2%. Ainda assim, permanece elevado entre os mais jovens, de 15 a 25 anos (63,3%) (Latinobarómetro 2023). Essa redução geral pode, inclusive, refletir o “momento populista”, tendo em vista que os discursos políticos tendem a operar a partir do significante vazio “povo” — hipótese que pode ser explorada em pesquisas futuras.

13 Esse campo tende a ver como ideológico apenas o seu campo antagônico. Para essa leitura, ver Marques (2021).

Donald Trump, nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro, no Brasil¹⁴, e Javier Milei, na Argentina, comumente denunciam a “política de carreira” e a tecnocracia como símbolos de um sistema corrupto e ineficaz, inerente à máquina pública, e que não representa os anseios do povo/patriotas (Levitsky e Ziblatt 2018; Marques e Carlos 2025; Mudde 2020).

No espectro político progressista, as mesmas críticas veem a tecnocracia como uma forma de manter o poder nas mãos das elites econômicas e políticas, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Para esse campo, a tecnocracia despolitiza questões importantes da própria “política” e do “político”, transformando debates políticos em questões técnicas que não refletem as lutas e demandas populares em defesa de um aprofundamento democrático, o que envolve a participação popular nos momentos e nos espaços de decisão política. Ainda, teóricos como Chantal Mouffe (2019), Ernesto Laclau (2013) e Jacques Rancière (1999 e 2014), por exemplo, defendem a necessidade de “repolitizar a política democrática”, colocando as demandas populares e o conflito inerente à democracia no centro do processo político, o que permitiria desafiar a hegemonia das elites.

É importante destacar que, embora as críticas de ambos os espectros político-ideológicos possam convergir em sua insatisfação com o “consenso liberal” (Mouffe 2019; Rancière 1999 e 2014), elas divergem em suas soluções propostas e ideologias subjacentes. Enquanto a direita pode buscar soluções nacionalistas e autoritárias, configurando um “populismo excludente”, a esquerda tende a defender uma maior participação democrática e a redistribuição de poder e recursos, informando um “populismo inclusivo” — daí a defesa de autores como Mouffe (2019) de um “populismo de esquerda”¹⁵.

Em suma, o discurso de crítica ao tecnicismo político, especialmente do campo conservador, tem encontrado na ascensão das plataformas digitais — marcada pela dataficação da vida (Lemos 2021), pelo colonialismo de dados (Silveira 2021) e pela plataformização das relações sociais (Van Dijck *et al.* 2018) — novas condições para ampliar seu alcance. Isso porque, se antes havia maior controle institucional sobre a difusão de informações, hoje uma parcela cada vez mais ampla da população passa a se informar por meio de dispositivos mediados por inteligência artificial (Zuboff 2020), intensificando a polarização e reforçando discursos antissistêmicos (Da Empoli 2019). Nesse cenário, ocorre uma atualização tecnopolítica (Sabariego 2018; Sabariego e Sierra Caballero 2022) que, ao acionar uma governamentalidade algorítmica (Rouvroy e Berns 2015; Rosa 2019), tem sido capaz de modular práticas de engajamento e mobilização política, impondo novos desafios à democracia liberal e às organizações políticas clássicas.

A *terceira hipótese* indica esforços voltados à polarização social, operada a partir da evocação discursiva de um inimigo e da construção de uma identidade coletiva comum: o *povo* (Gerbaudo 2023; Laclau 2013; Morelock e Narita 2019; Mouffe 2019; Tormey 2019). O resultado desse processo é a demarcação de campos discursivos antagônicos, cuja tendência é o tensionamento da ideia de “luta adversarial”, elemento inerente à democracia liberal, para uma “luta entre inimigos” (Caldeira Neto 2022; Chamayou 2020; Mouffe 2012).

O fenômeno populista, compreendido com “uma forma de mobilização reativa do povo contra um inimigo, o qual identifica como uma força restritiva à sua identidade em termos políticos, econômicos, culturais e morais” (Luz 2022, 68), sempre surge indicando os caminhos para o reestabelecimento da ordem sociopolítica a partir da defesa do *povo* e do seu

14 Sobre a emergência do conservadorismo tecnopolítico no Brasil e sua ligação com a economia da atenção e as guerras culturais, ver: Rosa *et al.* (2025) e Souza e Rosa (2023). Especificamente sobre a emergência do bolsonarismo, ver Marques e Carlos (2025).

15 Para uma síntese do populismo de esquerda em Mouffe, conferir Costa *et al.* (2025).

retorno ao lugar de poder. É justamente por isso, como destacam Mendonça e Machado (2021), que o populismo e a democracia podem se (con)fundir — um populismo de extrema direita pode se apresentar como democrático, ainda que seja radicalmente iliberal:

Ainda que na torrente de produções recentes sobre o populismo tenham lugar de destaque produções críticas que liguem o fenômeno a uma ameaça à democracia, não deixa de haver autores que enxergam no discurso populista, pelo contrário, uma brecha para aprofundamento de valores democráticos. No mínimo, estes autores reconhecem que a relação entre o populismo e a democracia é repleta de ambiguidades e que o núcleo da forma política populista não é, em si, necessariamente democratizante ou autoritário. Pensado nesses termos, o populismo passa a ser um fenômeno que deve ser analisado em suas manifestações concretas como uma lógica de articulação do discurso político que pode se relacionar das mais diversas formas com a democracia. Na verdade, a democracia, enquanto governo do povo, estaria sempre aberta à possibilidade da articulação populista, que busca trazer o povo de volta ao centro do palco da política, mesmo que suas consequências possam vir a ter o sentido contrário, recrudescendo o autoritarismo. (Mendonça e Machado 2021, 11)

No entanto, o que temos observado nas recentes configurações extremistas, tanto no continente americano quanto no europeu, são ondas populistas excludentes. O sucesso dessa emergência passa pela figura do líder populista, que pode ser um sujeito, um “nome” ou mesmo uma organização (*e.g.* partido político). À liderança populista cabe impulsionar as mobilizações, fomentando as redes de afetos (compartilhamento das frustrações e desejos reprimidos), organizar e direcionar os sentidos apresentados a ponto de conseguir uma divisão societária entre polos radicalmente antagônicos: de um lado, há o reconhecimento do *povo*; de outro, do seu inimigo, aquele que representa a impossibilidade de realização por completo do *povo* (Laclau 2013; Mouffe 2019)¹⁶. Mas, afinal, quem é o *povo*?

Essa indeterminação ocorre porque o populismo, sendo uma configuração radicalmente política, não constitui uma ideologia ou um regime político, nem remete a um povo pré-discursivo. Trata-se, ao contrário, de uma “estratégia discursiva de construção de uma fronteira política, dividindo a sociedade em dois campos e apelando para a mobilização dos ‘excluídos’ contra ‘aqueles que estão no poder’” (Mouffe 2019, 31). O *povo*, portanto,

não é uma categoria estática, possível de ser medida em termos econômicos e/ou sociológicos. O “povo” é sempre uma *construção discursiva* e, como tal, varia conforme as mais diversas experiências populistas, independentemente de critérios ideológicos [...]. O povo pode ser o discurso dos mais pobres contra os ricos, mas pode ser também o dos nacionais contra os estrangeiros, dos nacionalistas contra os “traidores da pátria”, dos trabalhadores contra os capitalistas e assim por diante. O ponto fundamental é que a articulação discursiva seja capaz de nomear o povo contra o seu inimigo. (Lopes e Mendonça 2013, 12, grifo no original)

Assim compreendido, o populismo também não pode ser percebido como um “tipo de movimento, identificado ou com uma base social especial ou com uma orientação ideológica particular”¹⁷ (Laclau 2013, 181). Ao contrário, como temos argumentado, “pode ter diferentes formas ideológicas, de acordo com o tempo e o lugar, compatível com diversas estruturas institucionais” (Mouffe 2019, 31). Isso porque a “cadeia de equivalência, através da qual o ‘povo’ será constituído, dependerá das circunstâncias históricas” (Mouffe 2019, 85),

16 Para uma leitura sobre a liderança populista, conferir Marques e Carlos (2025).

17 O populismo, assim compreendido, pode ganhar tanto contornos autoritário-excludentes, como observado nas experiências de Trump (Estados Unidos), Orbán (Hungria) e Bolsonaro (Brasil), quanto democrático-inclusivos, a exemplo da construção do Podemos (Espanha) ou do Syriza (Grécia).

o que nos indica que a sua “dinâmica não pode ser determinada isoladamente de toda referência contextual” e que o povo “não é um sujeito homogêneo, no qual todas as diferenças são, de alguma forma, reduzidas à unidade” (Mouffe 2019, 101).

A integração entre as discussões sobre a indeterminação do *povo* no populismo e o atual cenário de extremismo populista de extrema direita passa, necessariamente, pela constatação de que as sociedades contemporâneas não se organizam apenas em torno de lógicas institucionais ou ideológicas tradicionais. Elas se estruturam também sob um marco tecnopolítico, no qual as plataformas digitais e a governamentalidade algorítmica (Rosa 2019; Rouvroy e Berns 2015) influenciam a disputa pelo “sentido de povo”, bem como potencializam a polarização social. Se, por um lado, o populismo cria divisões binárias (“nós contra eles”), por outro, as redes digitais — ao privilegiarem pautas emotivas e algorítmicamente chamativas — acentuam a hipervisibilidade de lideranças que se legitimam como portadoras de uma suposta “vontade popular” (Mouffe 2019), ainda que elas encarnem visões autoritárias e profundamente iliberais.

Desse modo, o populismo de extrema direita, moldado pela cristalização de afetos comuns (Mouffe 2019) e conduzido por um discurso de ódio (Adorno [1950] 2019; Dunker 2019) por uma desconfiança nas instituições democráticas, encontra cumplicidade em uma realidade em que decisões e interações são fortemente mediados por algoritmos, *big data* e redes sociais (Da Empoli 2019; Zuboff 2020). Ou seja, o processo de “nomear o inimigo” (Chamayou 2020) e construir identidades coletivas antagônicas é impulsionado pelas ferramentas digitais, que não só permitem a segmentação de mensagens conforme o perfil do público, mas também tornam mais fácil a difusão de conteúdo radicalizado (Morozov 2011). Essa convergência entre “populismo de forte caráter simbólico” e “plataformização da política” intensifica a construção de “cadeias de equivalência” (Mouffe 2019) capazes de integrar pautas heterogêneas sob a bandeira de um *povo* ilusoriamente homogêneo.

A isso soma-se a crítica ao tecnicismo: se as instituições liberais e a política tradicional são percebidas como meramente técnicas ou incapazes de dar respostas efetivas às demandas populares, o vácuo que se forma favorece emergências discursivas que questionam não só os partidos convencionais, mas a própria legitimidade das autoridades democráticas (Levitsky e Ziblatt 2018; Mudde 2020). O líder populista, dessa maneira, aparece como quem “rompe” com a frieza tecnocrática e “fala a linguagem do povo”, ao mesmo tempo em que se vale das tecnologias mais avançadas (*microtargeting*, inteligência artificial, anúncios segmentados etc.) para mobilizar emocionalmente segmentos específicos da sociedade. Esse paradoxo — a adoção de ferramentas tecnológicas de ponta para combater a “tecnocracia das elites” — constitui marca essencial do fenômeno populista digital na era das plataformas.

Não se trata, pois, de fenômenos isolados: as *big techs* estruturam um ecossistema de atenção (Srnicek 2018; Zuboff 2020) em que lideranças populistas e grupos de ódio disseminam discursos de polarização, formatando uma dinâmica adversarial radical (Caldeira Neto 2022). Assim, a configuração populista descrita por autores como Laclau (2013) e Mouffe (2019) — centrada no conflito e na construção de um “povo” contra um “outro” — encontra nas redes digitais um campo de amplificação. É nesse sentido que a tecnopolítica (Sabariego e Sierra Caballero 2022) se torna crucial: sem ela, não conseguimos explicar o porquê de esses movimentos, aparentemente desconexos, ganharem tamanha força transnacional, especialmente no seio de democracias liberais em crise de credibilidade.

Em suma, a amarração entre a teoria populista, a crítica ao tecnicismo e o papel das plataformas digitais sugere que a emergência dos extremismos contemporâneos se explica por uma sinergia entre um discurso que mobiliza afetos (raiva, medo, insatisfação etc.) e uma infraestrutura de comunicação projetada para maximizar a viralização de conteúdos radicais (Da Empoli 2019). Esse arranjo gera, ao mesmo tempo, a possibilidade de “comunicar

diretamente” com as massas (reduzindo a mediação da imprensa tradicional, vista como elitista) e de reforçar antagonismos discursivos, tornando a fronteira entre o *povo* e seus inimigos cada vez mais evidente. Nesse cenário, a “estratégia discursiva de construção de uma fronteira política” (Mouffe 2019, 31) passa a operar, literalmente, por algoritmos, conduzindo a uma radicalização que redefine os parâmetros da disputa democrática.

Dessa forma, considera-se que, para uma adequada compreensão da atual configuração extremista, também se faz necessário atentar às transformações ocorridas na passagem do século 20 para o 21, que envolveram os meios de comunicação, o acesso à informação e o surgimento de novos dispositivos eletrônicos, especialmente as plataformas digitais (Beiguelman 2021; Bruno *et al.* 2018; Cassino *et al.* 2021; Cesarino 2022; Van Dijck *et al.* 2018; Fisher 2023; Nemer 2021; Srnicek 2018; Zuboff 2020). Isso porque, como abordado na introdução deste artigo, o processo de plataformização não se limita à dimensão econômica, direcionando os nossos interesses para fins comerciais. Esse processo também envolve uma dimensão política, ao atuar diretamente nessa esfera e provocar mudanças nos padrões e dinâmicas eleitorais, bem como nas estratégias de ação política em diversos países, por meio da instrumentalização da inteligência artificial, dos algoritmos, dos *bots*, dos perfis *fakes* e das intervenções humanas.

Considerações finais

Como discutido ao longo do artigo, a atual conjuntura de extremismo político e a intensificação dos discursos populistas na era das plataformas digitais está relacionada a pelo menos três fatores, cujas interconexões formam a base para uma adequada compreensão do fenômeno. Em primeiro lugar, o discurso *antiestablishment*, impulsionado pela crise econômica global de 2008 e pelo descrédito generalizado das instituições liberais. Esse discurso encontrou terreno fértil em sociedades marcadas pela incerteza, oferecendo respostas simplistas ou autoritárias a problemas complexos. Conforme indicam autores como Mouffe (2019), Mudde (2020) e Levitsky e Ziblatt (2018), a recusa à “política de carreira” e ao “consenso liberal” é apresentada como uma alternativa “verdadeiramente popular”, que promete devolver ao *povo* o poder que lhe teria sido usurpado pelas elites. Esse discurso, contudo, não se limita a uma única matriz ideológica: tanto setores de direita quanto de esquerda apropriam-se do argumento *antiestablishment*, gerando “populismos excludentes” e “populismos inclusivos”.

Em segundo lugar, a crítica ao tecnicismo político — que Chantal Mouffe (2019) atribui ao esvaziamento do antagonismo democrático — contribui para o aprofundamento da desconfiança em relação às instituições. O pragmatismo tecnocrático e a supressão dos conflitos, no intuito de apresentar soluções “técnicas” para questões essencialmente políticas, frustram parcelas do eleitorado que buscam mais participação e embate ideológico. Esse vácuo, ao mesmo tempo, facilita o surgimento de lideranças que se apresentam como autênticos porta-vozes do *povo*, expondo a fraqueza da democracia liberal que tentou neutralizar o antagonismo em prol de uma “política de centro”. Esse movimento se agrava quando percebemos que as motivações populares são manipuladas por discursos de ódio e pela essencialização de um inimigo (racial, político, cultural), o que recai na “síndrome fascista” descrita por Adorno ([1950] 2019) e retomada por Dunker (2019).

Por fim, a emergência das plataformas digitais como principal arena de disputa política reconfigura as bases do debate público. Fenômenos como a dataficação da vida (Lemos 2021), o colonialismo de dados (Silveira 2021) e a plataformização (Van Dijck *et al.* 2018) tornam possível uma modulação comportamental por meio de algoritmos e da inteligência artificial (Zuboff 2020). Esses recursos tecnológicos intensificam a polarização, pois privilegiam o engajamento e as reações emocionais. Perfis *fakes*, *bots* e estratégias de *microtargeting* passam a ser amplamente empregados em campanhas eleitorais e

movimentos políticos, ampliando o alcance de ideias extremistas (Nemer e Marks 2025). Assim, lideranças populistas de direita ou de esquerda, ao explorarem a lógica algorítmica, reforçam o antagonismo entre “nós” e “eles”, levando as democracias liberais a conviver com uma nova modalidade de conflito político: mediado, customizado e muitas vezes radicalizado por ferramentas digitais.

Nesse sentido, é indispensável compreender que a capacidade de constituir um *povo* — em oposição às elites tecnocráticas ou aos grupos minoritários — ganha potência extraordinária no ecossistema das *big techs* (Srnicek 2018). A retórica populista de extrema direita, nesse ambiente, consegue polarizar fortemente o campo político, deslegitimar instituições e criar a sensação de uma crise permanente. Como consequência, o repertório democrático liberal passa a ser questionado em seu cerne, sobretudo no que se refere ao pluralismo, ao respeito às minorias e ao próprio Estado de Direito. Reconhecer esse cenário implica admitir que os debates sobre tecnopolítica, governamentalidade algorítmica e dataficação da sociedade não são apêndices, mas sim dimensões estruturantes da crise democrática contemporânea. Somente ao articular tais discussões com as teorias do populismo e com as análises sobre a fragilização das instituições liberais seremos capazes de delinear estratégias mais eficazes tanto para a renovação da esfera pública quanto para a contenção das tendências antidemocráticas que se consolidaram no século 21.

Referências

1. Adorno, Theodor. (1950) 2019. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. Traduzido por Carlos Henrique Pissardo, Francisco Lopez Toledo Correa e Virginia Helena Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Unesp.
2. Amaral, Augusto Jobim do. 2018. “Neoliberalismo e democracia que resta: uma análise desde o caso brasileiro”. *Profanações* 5 (2): 129-146. <https://doi.org/10.24302/prof.v5i2.2000>
3. Barbosa, Mariana. 2019. *Pós-verdade e fake news. Reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó.
4. Beiguelman, Gisele. 2021. *Políticas da imagem*. São Paulo: Ubu.
5. Bernardo, João. 2022. *Labirintos do fascismo*. São Paulo: Hedra.
6. Blay, Milton. 2021. *O vírus e a farsa populista*. São Paulo: Contexto.
7. Brown, Wendy. 2019. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
8. Bridle, James. 2021. *A nova idade das trevas. A tecnologia e o fim do futuro*. Traduzido por Érico Assis. São Paulo: Todavia.
9. Bruno, Fernanda, Bruno Cardoso, Marta Kanashiro, Luciana Guilhon e Lucas Melgaço. 2018. *Tecnopolíticas da vigilância*. São Paulo: Boitempo.
10. Bruzzone, Andrés. 2021. *Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital*. São Paulo: Editora Contexto.
11. Caldeira Neto, Odilon. 2017. “A ‘direita envergonhada’ e a fundação do partido de reedificação da ordem nacional”. *Historie* 7 (2): 79-102. <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6722>
12. Caldeira Neto, Odilon. 2022. “Neofascismo no Brasil, do local ao global?”. *Esboços* 29 (52): 599-619. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/87065>
13. Cassino, João Francisco. 2018. “Modulação deleuzeana: modulação algorítmica e manipulação midiática”. Em *A sociedade do controle. Manipulação e modulação nas redes digitais*, editado por Joyce Souza, Rodolfo Avelino e Sérgio Amadeu da Silveira, 13-30. São Paulo: Hedra.
14. Cassino, João Francisco, Joyce Souza e Sérgio Amadeu da Silveira, orgs. 2021. *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária.
15. Castells, Manuel. 2018a. *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1. Traduzido por Roneide Venancio Majer. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra.
16. Castells, Manuel. 2018b. *Ruptura. A crise da democracia liberal*. Traduzido por Joana Angélica d’Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar.
17. Castro-Gómez, Santiago. 2015. *Historia de la gubernamentalidad I: razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

18. Cesarino, Leticia. 2019. “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet&Sociedade* 1 (1): 92-120. <https://revista.internetlab.org.br/serifcomo-vencer-uma-eleicao-sem-sair-de-casa-serif-a-ascensao-do-populismo-digital-no-brasil/>
19. Cesarino, Leticia. 2022. *O mundo do avesso*. São Paulo: Ubu.
20. Chamayou, Grégoire. 2020. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. São Paulo: Ubu.
21. Costa, Everton Garcia da, Gabriel Bandeira Coelho e Marcelo de Souza Marques. 2025. “Populismo e democracia: a Teoria do Discurso em debate”. *Sociologias* 27 (64): 1-18. <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/148501>
22. Da Empoli, Giuliano. 2019. *Engenheiros do caos*. São Paulo: Vestígio.
23. Dal Lago, Alessandro. 2017. *Populismo digitale. La crisi, la rete e la nuova destra*. Milano: Cortina Raffaello.
24. Dardot, Pierre e Christian Laval. 2016. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.
25. Deleuze, Gilles e Félix Guattari. (1972) 2011. *O anti-Édipo*, vol. 1. Traduzido por Luiz B. L. Orlandi. Rio de Janeiro: Editora 34.
26. Deleuze, Gilles e Félix Guattari. (1980) 2012. *Mil Platôs*, vol. 2. Traduzido por Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34.
27. Donovan, Joan, Becca Lewis e Brian Friedberg. 2019. “Parallel Ports: Sociotechnical Change from the Alt-Right to Alt-Tech”. Em *Post-Digital Cultures of the Far Right: On-line Actions and Offline Consequences in Europe and the US*, editado por Maik Fielitz e Thurston Nick, 49-65. Bielefeld: Transcript. <https://doi.org/10.25969/mediarep/12374>
28. Dunker, Christian Ingo Lenz. 2019. “Psicologia das massas digitais e a análise do sujeito democrático”. Em *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*, 116-135. São Paulo: Companhia das Letras.
29. Eatwell, Roger e Goodwin Matthew. 2020. *Nacional-populismo*. Traduzido por Alessandra Bonruquer. Rio de Janeiro: Record.
30. Fisher, Max. 2023. *A máquina do caos*. Traduzido por Érico Assis. São Paulo: Todavia.
31. Foucault, Michel. (1979) 2008. *Nascimento da biopolítica*. Traduzido por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
32. Frankenberg, Günter. 2018. *Técnicas de Estado. Perspectivas sobre o estado de direito e o estado de exceção*. São Paulo: Editora Unesp.
33. Gerbaudo, Paolo. 2019. *The Digital Party: Political Organisation and Online Democracy*. Londres: Pluto.
34. Gerbaudo, Paolo. 2023. *O grande recuo: a política pós-populismo e pós-pandemia*. São Paulo: Todavia.
35. Hinkelammert, Franz J. 2018. *Totalitarismo del mercado. El mercado capitalista como ser supremo*. Ciudad de México: Akal.
36. Laclau, Ernesto. 2013. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
37. Latinobarómetro. 2013. *Latinobarómetro 2013: resultados por sexo y edad. Estudio nº LAT-2013. Brasil*. <https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2013#LAT-2013-selected-country-header>
38. Latinobarómetro. 2017. *Latinobarómetro 2017: resultados por sexo y edad. Estudio nº LAT-2017. Brasil*. <https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2017#LAT-2017-selected-country-header>
39. Latinobarómetro. 2023. *Latinobarómetro 2023: Brazil, Distributions by Sex and Age. Study nº LAT-2023*. <https://www.latinobarometro.org/latinobarometro-2023#LAT-2023-selected-country-header>
40. Lazzarato, Maurizio. 2019. *Fascismo ou revolução?* São Paulo: Editora N-1.
41. Lemos, André. 2021. “Dataficação da vida”. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* 21 (2): 193-202. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>
42. Levitsky, Steven e Daniel Ziblatt. 2018. *Como as democracias morrem*. Traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar.
43. Lopes, Alice Casimiro e Daniel de Mendonça. 2013. “O populismo na visão inovadora de Laclau”. Apresentação da *A razão populista*, 9-17. São Paulo: Três Estrelas.
44. Luz, Michele Diana da. 2022. “O povo no caleidoscópio: o discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo”. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pelotas, Brasil. <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/9775>
45. Lynch, Christian e Paulo Henrique Casimiro. 2022. *O populismo reacionário*. Rio de Janeiro: Contracorrente.
46. Marcuse, Herbert. 1999. *Tecnologia, guerra e fascismo*, editado por Douglas Kellner. Traduzido por Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Editora Unesp.
47. Marques, Marcelo de Souza. 2021. “Em torno da ideologia: notas sobre o falseamento da realidade”. *Contemporânea* 11 (2): 717-734. <https://doi.org/10.4322/2316-1329.2021014>
48. Marques, Marcelo de Souza. 2023a. “Interações socioestatais: mútua constituição entre a sociedade civil e a esfera estatal”. *Opinião Pública* 29 (2): 431-648. <https://doi.org/10.1590/1807-01912023292431>
49. Marques, Marcelo de Souza. 2023b. “O Estado como relação social: consequências teórico-analíticas da (re)leitura relacional”. *Revista Sociedade e Estado* 38 (3): 1-19. <https://doi.org/10.1590/so102-6992-202338030003>
50. Marques, Marcelo de Souza e Euzeneia Carlos. 2025. “O populismo de extrema direita no governo Bolsonaro: uma abordagem discursiva”. *Sociologias* 27 (64): e140107. <https://doi.org/10.1590/1807-0337/e140107>

51. Mauss, Marcel. 1974. *Sociologia e antropologia*, vol. 2. São Paulo: Edusp.
52. Mendonça, Daniel de e Igor Suzano Machado. 2021. “Apresentação do dossiê: O populismo e a construção política do povo”. *Mediações. Revista de Ciências Sociais* 26 (1): 10-27. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2021v26n1p10>
53. Morelock, Jeremiah e Felipe Ziotti Narita. 2019. *O problema do populismo*. São Paulo: Paco Editorial.
54. Morozov, Evgeny. 2011. *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. Nova York: PublicAffairs.
55. Morozov, Evgeny. 2018. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. Traduzido por Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu.
56. Mouffe, Chantal. 2011. *En torno a lo político*. Traducido por Soledad Laclau. Buenos Aires: FCE.
57. Mouffe, Chantal. 2012. *La paradoja democrática. El peligro del consenso en la política contemporánea*. Traducido por Tomás Fernández Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa.
58. Mouffe, Chantal. 2019. *Por um populismo de esquerda*. Traduzido por Daniel de Mendonça. São Paulo: Autonomia Literária.
59. Mudde, Cas. 2016. “Europe’s Populist Surge a Long Time in the Making”. *Foreign Affairs* 95 (6): 25-30. <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/2016-10-17/europes-populist-surge>
60. Mudde, Cas. 2020. *O regresso da ultradireita: da direita radical à direita extremista*. Traduzido por Teresa Toldy. Lisboa: Editorial Presença.
61. Nemer, David. 2021. *Tecnologia do oprimido*. Vitória: Milfontes.
62. Nemer, David. 2023. “De las fake news a la radicalización en línea: el caso del auge de la extrema derecha en Brasil”. Em *Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas*, editado por José Antonio Sanahuja e Pablo Stefanoni, 173-192. Madri: Fundación Carolina.
63. Nemer, David e William Marks. 2025. “The Human Infrastructure of Misinformation: A Case Study of Brazil’s Heteromated Labor”. Em *Governing Misinformation in Everyday Knowledge Commons*, editado por Madelyn R. Sanfilippo e Melissa G. Ocepek, 148-166. Cambridge: Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781009255165.007>
64. Noguera-Ramírez, Carlos Ernesto. 2011. *Pedagogia e governamentalidade ou Da Modernidade como uma sociedade educativa*. São Paulo: Autêntica.
65. Rancière, Jacques. 1999. *Disagreement: Politics and Philosophy*. Traduzido por Julie Rose. Minneapolis: University of Minnesota Press.
66. Rancière, Jacques. 2014. *O ódio à democracia*. Traduzido por Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial.
67. Rosa, Pablo Ornelas. 2019. *Fascismo tropical: uma cibercartografia das novíssimas direitas brasileiras*. Vitória: Milfontes.
68. Rosa, Pablo Ornelas. 2022. “Etnografia nas plataformas digitais: Um diagrama do conservadorismo tecnopolítico à brasileira e sua articulação com o sistema de justiça criminal”. Em *Metodologia de pesquisa qualitativa no sistema de justiça criminal*, editado por Marcelo Bordin, 49-72. Pelotas: Adentro e Através.
69. Rosa, Pablo Ornelas, Vitor Amorim de Ângelo e Tatiane Braga. 2021. “Novíssimas direitas e a política na era da pós-verdade: uma análise da guerra cultural”. *Simbiótica. Revista Eletrônica* 8 (2): 187-216. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v8i2.36384>
70. Rosa, Pablo Ornelas, Augusto Jobim do Amaral e David Nemer. 2023. “Datapolítica, governamentalidade algorítmica e a virada digital: uma genealogia da modulação comportamental através das plataformas digitais”. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM* 18 (3): 1-30. <https://doi.org/10.5902/1981369485510>
71. Rosa, Pablo Ornelas, Vitor Amorim de Ângelo, Breno Buxton dos Reis Vieira e Víctor Aguiar de Almeida. 2024. “Governo das plataformas digitais”. Em *Tecnoconservadorismo e o Brasil Paralelo*, 129-178. São Paulo: Autonomia Literária.
72. Rosa, Pablo Ornelas, Aknaton Toczec Souza, Giovane Matheus Camargo e Marcelo Bordin. 2025. “The Birth of the Brazilian Technoconservative Ecosystem and the Convergence of the Attention Economy with the Culture War”. *Contribuciones a las Ciencias Sociales* 18 (2): 1-21. <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.2-047>
73. Rosavallon, Pierre. 2021. *O século do populismo*. São Paulo: Ateliê de Humanidades Editorial.
74. Rouvroy, Antoinette e Thomas Berns. 2015. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?”. *Revista Eco Pós* 18 (2): 36-56. https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662
75. Sabariego, Jesús. 2018. “Tecnopolítica e movimentos sociais globais recentes: questões preliminares para um estudo do caso espanhol e português”. Em *Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas*, editado por Boaventura Souza Santos e José Manuel Mendes, 309-330. Belo Horizonte: Autêntica.
76. Sabariego, Jesús e Francisco Sierra Caballero. 2022. *Tecnopolítica, cultura cívica y democracia*. Salamanca: Pepa Peláez.
77. Silva, Marcelo Kunrath. 2018. “A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?”. *Lusotopie* 17: 88-111. <http://journals.openedition.org/lusotopie/2568>
78. Silveira, Sérgio Amadeu da. 2021. “A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo”. Em *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal*, organizado por João Francisco Cassino, Joyce Souza e Sérgio Amadeu da Silveira, 33-51. São Paulo: Autonomia Literária.

79. Sodré, Muniz. 2023. *O fascismo de cor*. Petrópolis: Vozes.
80. Souza, Aknaton Toczec e Pablo Ornelas Rosa. 2023. "Gênero e sexualidade na guerra cultural: o conservadorismo no WhatsApp". *Argumentum* 15 (1): 125-139. <https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i1.38558>
81. Souza, Maria do Carmo Campello de. 1988. "A Nova República brasileira: sob a espada de Damocles". Em *Democratizando o Brasil*, editado por Alfred Stepan, 563-627. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
82. Srnicek, Nick. 2018. *Capitalismo de plataforma*. Traduzido por Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra.
83. Stanley, Jason. 2019. *Como funciona o fascismo*. Traduzido por Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM.
84. Tormey, Simon. 2019. *Populismo: uma breve introdução*. Traduzido por Mário Molina. São Paulo: Cultrix.
85. Van Dijck, José, Thomas Poell e Martijn de Waal. 2018. *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford: Oxford University Press.
86. Von Hayek, Friedrich. 1981. "Extracts from an Interview with Friedrich Von Hayek (*El Mercurio*, Chile, 1981)". Entrevista por Adrián Ravier. *Punto de Vista Económico*, 21 de dezembro de 2016. <https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/>
87. Zuboff, Shoshana. 2020. *A era do capitalismo de vigilância*. Traduzido por George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Marcelo de Souza Marques

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil. Pesquisador do Núcleo Participação e Democracia (CNPq/UFES). Integra a Coordenação do Comitê de Pesquisa Movimentos Sociais da Sociedade Brasileira de Sociologia. Tem como interesse de pesquisa as interações entre Estado e sociedade civil (interações socioestatais), estudos sobre coletivos, teoria do discurso, memória, políticas públicas culturais e democracia cultural. <https://orcid.org/0000-0003-2395-0191> | marcelo.marques.cso@gmail.com

David Nemer

Doutor em Computação, Cultura e Sociedade pela Indiana University, Estados Unidos. Professor associado do Departamento de Estudos de Mídia e professor afiliado do Departamento de Antropologia e do Programa de Estudos Latino-Americanos da University of Virginia, Estados Unidos. Professor associado do Berkman Klein Center for Internet and Society da Harvard University, Estados Unidos. Seus interesses de pesquisa e ensino abrangem a interseção entre estudos de ciência e tecnologia, antropologia da tecnologia, TICs para o desenvolvimento e estudos de desinformação. <https://orcid.org/0000-0001-8423-3917> | nemer@virginia.edu

Aknaton Toczec Souza

Doutor em Direito e em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), Brasil. É líder do Grupo de Pesquisa Laboratório Social de Administração da Justiça, Conflitos e Tecnologia (UCPel). Seu foco principal são os seguintes temas: segurança pública, sociologia do direito penal e direitos humanos, criminologia e sociologia do crime e da violência, sociologia das drogas, sociologia política, neoconservadorismo e autoritarismo, antropologia do direito e políticas públicas e sociais. <https://orcid.org/0000-0002-6946-6242> | aknatontoczek@gmail.com

Felipe Lazzari da Silveira

Doutor e mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil. Professor e pesquisador no curso de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas, Brasil. Coordenador de projetos de pesquisa, extensão e de ensino na área das Ciências Criminais. <https://orcid.org/0000-0002-2738-6914> | felipe.lazzari@ufpel.edu.br

